



MAI

**MAI AMBIENTE**

# CADERNO DE ENCARGOS

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

---

PROCEDIMENTO:	CONSULTA PRÉVIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 20º N.º ALÍNEA C) DO CCP
---------------	--

---

PREÇO BASE:	13 500€ (TREZE MIL E QUINHENTOS EUROS) PARA TRÊS ANOS
-------------	--

---

OBJETO CONTRATUAL:	INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DE CLIENTE (TRIÉNIO 2025/2027)
--------------------	--

## Índice

<b>PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1ª Objeto.....	3
Cláusula 2ª Contrato .....	3
Cláusula 3ª Prazo.....	4
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I Disposições gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4ª Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5ª Fases da prestação do serviço .....	5
Cláusula 6ª Forma de prestação do serviço .....	5
Cláusula 7ª Prazo de prestação do serviço .....	5
Cláusula 8ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato... <b>Erro! Marcador não definido.</b>	
Cláusula 9ª Transferência da propriedade..... <b>Erro! Marcador não definido.</b>	
Cláusula 10ª Conformidade e garantia técnica..... <b>Erro! Marcador não definido.</b>	
<b>Subsecção II Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 11ª Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 12ª Prazo do dever de sigilo.....	6
<b>SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE.....</b>	<b>6</b>
Cláusula 13ª Preço contratual .....	6
Cláusula 14ª Condições de pagamento .....	7
<b>CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 15ª Penalidades contratuais.....	8
Cláusula 16ª Força maior .....	8
Cláusula 17ª Resolução por parte do contraente público.....	9
Cláusula 18ª Resolução por parte do prestador de serviços .....	10
<b>CAPÍTULO IV CAUÇÃO E SEGUROS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 19ª Execução da caução .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Cláusula 20ª Seguros.....	11
<b>CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 21ª Foro competente .....	11
<b>CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 22ª Gestor do Contrato.....	12
Cláusula 23ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	12
Cláusula 24ª Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 25ª Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 26ª Legislação aplicável.....	13
<b>PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>13</b>

PARTE I  
**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

CAPÍTULO I  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1ª

**Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o “Inquérito de Avaliação de Satisfação de Cliente (Triénio 2025/2027)”, a realizar até ao primeiro trimestre do ano civil seguinte ao ano a inquirir.

Cláusula 2ª

**Contrato**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem que aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3ª

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **um ano, renovável até três, a contar da data de celebração do contrato**, se nenhuma das Partes o denunciar com a antecedência de sessenta dias, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## CAPITULO II

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### SECÇÃO I

#### **OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

##### Subsecção I

#### **Disposições gerais**

### Cláusula 4ª

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de prestar os serviços identificados no presente Caderno de Encargos;
  - b. Obrigação de cumprir a prestação de serviços no prazo estipulado.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 5ª

##### **Forma de prestação do serviço**

- 1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a reuniões de coordenação prévias ao início de cada inquérito de avaliação, assim como durante a sua execução, e das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
- 2 - As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
- 3 - O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao **Gestor do Contrato**, um relatório das operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
- 4 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
- 5 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### Cláusula 6ª

##### **Prazo de prestação do serviço**

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a assegurar a realização do Inquérito de Avaliação de Satisfação de Cliente, para o triénio de 2025 a 2027, cada uma a realizar até ao primeiro trimestre do ano civil seguinte ao ano a inquirir.
- 2 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da Maiambiente ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

#### Subsecção II

##### **Dever de sigilo**

#### Cláusula 7ª

##### **Objeto do dever de sigilo**

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Maiambiente, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 8ª

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### SECÇÃO II

#### **OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE**

#### Cláusula 9ª

##### **Preço contratual**

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Maiambiente deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

#### Cláusula 10ª

##### **Condições de pagamento**

- 1 - As quantias devidas pela Maiambiente, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelo serviço competente, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e após a conclusão de cada inquérito realizado, com entrega do relatório final, validado pela Maiambiente.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
- 3 - O Adjudicatário deve aderir à Fatura Eletrónica estando assim a promover a sustentabilidade dos recursos, pois defender o Ambiente é uma missão para todos nós.
- 4 - A Fatura Eletrónica é válida para efeitos legais desde que assinada digitalmente de forma a garantir a origem e integridade do documento, e de acordo com os requisitos legais, nomeadamente os resultantes do artigo 299º-B do CCP.
- 5 - As faturas que não exibam a identificação do procedimento e a data de vencimento (60 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 6 - Em caso de discordância por parte da Maiambiente, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 7 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.

#### CAPITULO III

##### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

## Cláusula 11ª

### **Penalidades contratuais**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Maiambiente pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato, até 15% do valor contratual.
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Maiambiente pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor contratual.
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Maiambiente tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - A Maiambiente pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Maiambiente exija uma indemnização pelo dano excedente.

## Cláusula 12ª

### **Força maior**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 13ª

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Maiambiente pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso total ou parcial no cumprimento das obrigações objeto do contrato superior a 10 (dez) dias ou a declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Prestação de falsas declarações ou apresentação de falsa documentação;



MAI

**MAI AMBIENTE**

- c) Os bens e serviços fornecidos não corresponderam ao previsto no presente Caderno de Encargos, incluindo os seus anexos, no contrato e, subsidiariamente, na proposta adjudicada;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
- e) Violação do dever de sigilo;
- f) Se o Adjudicatário, de forma grave e reiterada, não cumprir com o disposto na lei, no Contrato, no Caderno de Encargos e na Proposta Adjudicada;
- g) Incumprimento definitivo dos requisitos constantes do presente Caderno de Encargos.

2 - Considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência repetida ou aplicação reiterada das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no contrato, o Adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

3 - O direito de resolução referido no número 1 exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Maiambiente.

4 - Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

5 - O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário de satisfazer as solicitações da Maiambiente, efetuadas no âmbito do contrato, recebidas até à data da resolução.

6 - O exercício do direito de resolução não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 14ª

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);

- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Maiambiente, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos

#### CAPITULO IV

##### **SEGUROS**

#### Cláusula 15ª

##### **Seguros**

O prestado de serviços obriga-se a celebrar os contratos de seguro legalmente necessários para a sua atividade.

#### CAPÍTULO V

##### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### Cláusula 16ª

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### CAPÍTULO VI

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### Cláusula 17ª

##### **Gestor do Contrato**

- 1- Ao abrigo do artigo 290º-A do CCP, é nomeado para gestor do Contrato a Dra. Cristina Monteiro, afeto à área requisitante.
- 2- Caso o Gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas correctivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 3- Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas referidas anteriormente, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

#### Cláusula 18ª

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

- 1- A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

#### Cláusula 19ª

##### **Comunicações e notificações**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 20ª

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 21ª

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente o Código dos Contratos Públicos aprovado pela Lei nº 30/2021, de 21 de Maio na sua redação atual.

#### PARTE II

##### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### Cláusula 26.ª

##### **Trabalhos a Desenvolver**

- 1 - Realização dos Inquéritos de Avaliação de Satisfação de Cliente, a realizar até ao primeiro trimestre do ano civil seguinte ao ano a inquirir.
- 2 - No contexto da Avaliação de Satisfação a Clientes, ao realizar o contacto em nome da Maiambiente, o Adjudicatário deverá registar as solicitações de cliente para não receber novo contacto.
- 3 - Os Inquéritos de Avaliação de Satisfação de Cliente possuem um universo de amostragem, que corresponde a cerca de 63 000 locais de produção e a quatro tipologias de clientes: particulares (moradias e prédios), empresas, comércio, entidades.
- 4 - A amostra deverá garantir que a abrangência dos inquéritos tem por base a distribuição populacional e da tipologia de cliente por freguesia do Concelho da Maia.
- 5- O nível de confiança para os inquéritos a realizar deverá ser de pelo menos 95% ou superior, com uma margem de erro de 5% ou inferior.
- 6 - Os meios de contacto para realização do IASC serão via telefone.
- 7- Itens a avaliar: Análise do Serviço de Atendimento e dos Serviços prestados pela Maiambiente (recolha porta a porta, limpeza pública, etc.).

8 - O conteúdo a constar no referido inquérito será definido pela Maiambiente (da ordem das 14 questões, podendo ter questões de resposta aberta).

9 - A Maiambiente é responsável pela cedência, anual, da Base de Dados de clientes (única e exclusivamente com a informação imprescindível para o efeito) para a seleção da amostra.

10 - Anualmente, aquando da realização do IASC, poderá ocorrer a necessidade de a Maiambiente proceder à alteração (variação máxima de 10% em cada critério) dos requisitos supramencionados (universo de amostragem, itens a avaliar, conteúdo e base de dados).

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Confidencialidade e proteção de dados pessoais**

1 - O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do Contrato ou por causa dele.

2 - Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Maiambiente, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3 - O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Maiambiente, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.

4 - No caso em que o Adjudicatário seja autorizado pela Maiambiente a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 - O Adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislações aplicáveis, em particular o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos Contratos escritos que o Segundo Outorgante celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6 - O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:



MAI

**MAIAMBIENTE**

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Maiambiente única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas ao objeto do contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes do instrumento de legalização respeitante aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhes sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção de dados pessoais tratados por conta da Maiambiente contra a respetiva destruição, acidental ou lícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à Maiambiente toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do Contrato e manter a Maiambiente informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato.

7 – O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Maiambiente venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no Contrato.

8 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviço ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

9 – A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo porque ocorra.